PAUTA
Reunião
de CREP
31/3/2026

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO
DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Reunião do Conselho de Representantes
CREP do SINESP - 31/3/2026

SINESP

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br

sinespsp (11) 3116-8400

A. Conjuntura - Campanha Salarial e eleições estão no centro da luta política

A **Campanha Salarial 2026** da categoria está em andamento. A Coeduc apresentou a pauta unificada ao governo e o SINESP apresentou a pauta específica da gestão educacional. O governo afirmou que não enviará PL de reajuste à Câmara sem concluir as negociações com os Sindicatos. E marcou reunião para responder as pautas no dia 30/3, mas cancelou a reunião e não apresentou justificativa.

O histórico é negativo, pois a prática desse governo é desrespeitar a categoria, não negociar e impor sua proposta. Nesse caminho, agora em março ele descumpriu o compromisso de iniciar os pagamentos referentes ao descongelamento dos quinquênios e sextas-partes aprovado em Lei.

Nessa Campanha, além do reajuste salarial, da defesa de melhores condições de trabalho e de saúde e do fim do confisco previdenciário, da realização de concursos públicos e defesa da carreira, estão na mesa de negociação as medidas privatistas do prefeito Ricardo Nunes, que passam pela exigência de revogação da Lei 18.221/24, do afastamento de diretores e da terceirização da gestão de novas unidades.

Com o anúncio dessa última medida, o prefeito quer avançar para a privatização de toda a estrutura de funcionamento das novas UEs. Ele vai insistir, cada vez mais, no uso de avaliações externas para desqualificar o trabalho dos servidores concursados e no argumento neoliberal de que a gestão privada funciona melhor, é mais competente e técnica.

As eleições deste ano se aproximam e a disputa para o governo do estado, entre Haddad e Tarcisio, ganha enorme relevância para os servidores municipais por influir no destino político do município e na luta contra a política privatista do prefeito.

Tarcisio é um político extremista neoliberal fixado em privatizar tudo para favorecer o empresariado. Em seu governo, a educação sofre o maior processo de precarização, terceirização e privatização do país.

É preciso barrar esse direcionamento das verbas públicas do setor para os caixas de empresas privadas que visam ao lucro, no estado e no município de São Paulo e em todo o país. Por isso, impedir a continuidade do projeto extremista do atual governador é um desafio para cada um dos trabalhadores da educação municipal.

A **disputa eleitoral em nível nacional** também é relevante. Nela está em jogo a possibilidade de continuar um projeto que conseguiu, mesmo com enorme oposição no parlamento, aprovar mudanças históricas na tributação e ampliar o emprego, entre outros avanços que, se aprofundados, vão no sentido de diminuir as desigualdades e ampliar a justiça social e o desenvolvimento socioeconômico.

Do outro lado está o perigo do retorno da extrema direita, que se ocorrer vai provocar, como no governo anterior, destruição institucional e econômica, mais degeneração, corrupção e domínio político do crime organizado, mais desmonte da soberania nacional, dos serviços públicos, dos direitos dos trabalhadores e da população e o aprofundamento da reforma da previdência.

A disputa presencial está aberta e será muito acirrada até o final. Há vários fatores em jogo, que influenciam o cenário - banco Master, CPMI do INSS, crise no STF, juros altos e alto nível de endividamento da população. As respostas e medidas do governo e os resultados que vierem até outubro serão essenciais.

Tudo indica que a campanha será focada em narrativas pesadas. A ficha criminal do candidato da extrema direita, os crimes, os ataques às instituições e aos direitos trabalhistas e da população que ele representa serão exploradas pela candidatura Lula.

Do outro lado, a tentativa de envolver o filho do presidente no escândalo do INSS, as manobras na CPMI, a pressão sobre os ministros do Supremo, o PowerPoint da Globo ligando o governo ao Banco Master, a campanha contra a deputada Erika Hilton por assumir a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e por sua defesa do fim da escala 6X1 indicam que os extremistas

já estão apelando e jogando pesado no campo moral e político.

Nesse cenário, a disputa parlamentar tem enorme importância. Extremistas, direita e centrão estão focados em ampliar cadeiras no senado para aumentar o domínio no Congresso e, mesmo perdendo a eleição majoritária, controlarem ainda mais as iniciativas do governo e fecharem o cerco sobre os ministros do Supremo.

Mais que nunca é decisivo entrar na campanha para eleger candidatos identificados com os direitos dos trabalhadores, com os serviços públicos, com a justiça social, o desenvolvimento independente e a soberania.

Nesse ano, há um problema a mais no quadro internacional. Desde que iniciou seu segundo mandato, em janeiro de 2025, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, atacou o Irã, invadiu a Venezuela e ameaçou anexar a Groenlândia e o Canadá. Além disso, vem prometendo depor o regime cubano e colecionam interferências políticas em eleições como as da Argentina e da Nicarágua. No Brasil, persiste a ameaça de que o presidente dos EUA tome medidas para interferir no processo eleitoral e desequilibrar a disputa para favorecer o candidato da extrema direita.

Neste momento, o desfecho do ataque ao Irã segue incerto, mas a maioria dos analistas já entendem que Trump e Netanyahu se uniram em torno de interesses políticos pessoais, uma vez que ambos buscam driblar a queda em seus índices de aprovação para se manterem eleitoralmente fortes e evitarem punições vindas dos processos judiciais que ambos respondem. A possibilidade de Trump recuar no Irã está aberta, sendo certo que novos alvos virão para ele manter sua busca por aprovação do eleitorado dos EUA. Cuba e Brasil estão no centro da mira.

B. Organização para locação de espaços para subsedes

Em relação à abertura de subsedes, considerando a importância para a aproximação, organização e a mobilização da categoria para as lutas, bem como para a oferta mais acessível de formação, o SINESP encaminha o processo de implementação conforme decisão nas reuniões do CREP, quando o conselho foi consultado pela Diretoria sobre a possibilidade de locação ou compra de imóveis para esse fim.

A abertura de 4 subsedes será por locação, abrangendo as regiões norte, sul, leste e oeste da cidade. A escolha dos locais em que serão instaladas as subsedes, com referência nas regiões e na divisão de subprefeituras na cidade, será feita a partir de ampla pesquisa de imóveis e decidida em conjunto com os Conselheiros.

Será considerado também, na decisão, o impacto financeiro com o aluguel, taxas, contratações de funcionários, montagem do espaço e toda a infraestrutura, entre outros fatores. Também devem ser considerados critérios como localização estratégica e imóveis que tenham espaço e possibilitem a realização de reuniões.

C. Números da Educação Especial

A implementação da educação inclusiva na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME) esbarra no distanciamento entre o discurso da Secretaria Municipal de Educação (SME) e a realidade escolar.
Os dados recentes evidenciam as principais falhas estruturais da rede:

•**Déficit de Estagiários:** Faltam cerca de 2 mil profissionais para suprir a demanda. Das 10.321 vagas previstas no contrato com o CIEE, apenas 8.797 estavam preenchidas até março de 2026.

•**Escassez de Auxiliares de Vida Escolar (AVEs):** O contrato com a SPDM possui um teto insuficiente de apenas 2.950 vagas para toda a rede (com 2.912 preenchidas). A SME omite a demanda reprimida e a real proporção de profissionais por estudante.

•**Falta de Transparência:** Os dados disponibilizados pela PMSP dificultam o entendimento e mascaram a real necessidade das unidades educacionais.

O SINESP cobra que a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva seja tratada com verdadeira responsabilidade administrativa e orçamentária.

D. Campanha Salarial tem paralisação e assembleia dia 9/4

Na primeira reunião da Campanha Salarial 2026 com a Secretaria Municipal de Gestão (Seges), foram reafirmadas as pautas:

A) unificada, construída pelas entidades que compõem a Coeduc (SINESP, Sedin e Sinpeem), aprovada em assembleia pelos filiados;

B) específica, construída com os conselheiros do CREP.

Ambas foram aprovadas pelos filiados seguindo os trâmites previstos no estatuto da SINESP.

Na reunião, foram destacados pontos centrais da Campanha Salarial, como o fim do confisco previdenciário, a incorporação dos abonos complementares, o descongelamento do tempo de serviço na pandemia de Covid-19, a revogação da Lei nº 18.221/24 e a defesa de medidas com foco à saúde do trabalhador.

Durante a reunião, a Seges sinalizou o compromisso de não encaminhar projeto de lei de reajuste salarial à Câmara Municipal antes da conclusão das negociações com as entidades que compõem a Coeduc (SINESP, Sedin e Sinpeem).

Também foi indicada uma devolutiva, ainda sem data marcada, reforçando a importância da continuidade do diálogo, mas mantendo a expectativa da categoria por respostas concretas às reivindicações apresentadas.

Diante desse cenário, o SINESP reforça a importância da mobilização permanente e convoca a categoria para uma paralisação, prevista para o dia 9 de abril.

A participação é fundamental para pressionar o governo por avanços reais na negociação e garantir a valorização dos profissionais da educação, com atendimento às pautas da categoria.

E. Descongela

O SINESP lutou muito no Congresso Nacional e em todos os espaços possíveis, contando com o apoio de seus Conselheiros, e a vitória veio com a aprovação da Lei Complementar (LC) 226/2026, que revoga o congelamento do tempo de serviço durante a pandemia de Covid-19 para o cálculo de direitos como quinquênio e sexta-parte.

O SINESP tem pressionado a PMSP para cumprir as determinações da lei de forma automática e rápida, mas a PMSP ainda não colocou no holerite de março o pagamento retroativo referente à data de sanção presidencial da nova lei.

Em participação no SINESP Diálogos no dia 13/3, a Deputada Federal Profª Luciene Cavalcante informou que, em conversa com ela, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) expressou posicionamento favorável ao direito dos servidores ativos de receberem os valores retroativos. O TJSP também reconhece o direito imediato à devolução dos 583 dias e recálculo da aposentadoria, sem precisar de lei autorizativa nem petição individual, da mesma forma que os demais servidores.

O reconhecimento do Tribunal fortalece a continuidade da luta do SINESP e de toda a categoria para garantir a contagem e o pagamento retroativo imediato a todos que têm direito, ratificando a decisão aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo Governo Federal, que reconheceram e corrigiram a grande injustiça contra os servidores públicos que foi a LC do congelamento.

F. Ato Público Nacional em defesa das cotas raciais e políticas de ações afirmativas

As políticas de cotas raciais e de ações afirmativas vêm sendo alvo de ataques que colocam em risco conquistas históricas da população negra e importantes para toda sociedade. Diante desse cenário, é fundamental organizarmos a luta em defesa de tais políticas e contra o retrocesso que significa a perda de direitos e aprofundamento das desigualdades.

Defender as cotas e políticas de ações afirmativas é defender uma educação que enfrente as desigualdades estruturais e promova justiça social. Nesse sentido, o movimento negro, em unidade com os movimentos sindicais, populares e estudantil,

está construindo uma grande mobilização nacional em defesa das cotas e das políticas de ações afirmativas.

O SINESP defende a manutenção e o aperfeiçoamento da Lei de Cotas em sua luta congressual 50, referendada em seu 28º congresso.

Na terça, 31/3, foi realizado um ato nacional no Anhembi em defesa das cotas e políticas de ações afirmativas. O SINESP participou do ato, por considerar importante fortalecer a organização coletiva e ocupar as ruas em defesa dos direitos conquistados!

G. Grupo de Trabalho da Coordenação Pedagógica

O SINESP convida os filiados interessados em compor o Grupo de Trabalho (GT) que debaterá temas específicos da função do Coordenador Pedagógico (CP).

O objetivo é sistematizar propostas, demandas e ações a serem encaminhadas a SME, uma vez que as políticas educacionais da PMSP têm impactado negativamente a saúde e a rotina dos CPs, e consequentemente de toda a gestão das UEs, porque desconsideram as atribuições do cargo, burocratizam as ações, precarizam as condições para o exercício da gestão pedagógica e retiram autonomia das Unidades Educacionais.

O GT tem como premissa o diálogo, a escuta e as propostas dos pares como ponto de partida para a construção de pautas coletivas que tratarão de temas como os módulos de profissionais das UEs e outras demandas específicas relacionadas à Coordenação Pedagógica.

As inscrições começam em 2/4/2026. O primeiro encontro ocorre no dia 10/4/2026, às 19h, on-line.

Acesse o QR-Code para se inscrever.

H. Grupo de Trabalho do Ensino Médio

A Secretaria Municipal de Educação (SME) publicou, em 13/02/2026, a Portaria nº 2.731, que institui o grupo de trabalho (GT) "Estudos sobre a Normatização do Ensino Médio", com a finalidade de sistematizar e organizar subsídios para a revisão da Instrução Normativa SME nº 10/2024.

Diante dessa iniciativa, o SINESP estabeleceu contato com os filiados que integram o GT, afirmando seu compromisso de oferecer apoio e contribuir com subsídios qualificados para o debate, especialmente frente às insuficiências ainda observadas tanto no campo do currículo quanto da formação.

A ação está em consonância com luta aprovada em Congresso da categoria, que prevê a criação de grupo de estudos no âmbito do Sindicato para analisar as recentes mudanças no Ensino Médio e defender a adequação das políticas públicas às reais necessidades da educação pública municipal.

I. Reunião com Diretores Regionais e CREPs

Durante as Reuniões Regionalizadas com os RELTs do SINESP nas 13 Diretorias Regionais de Ensino (DREs), que ocorreram de 25/02 a 13/03 deste ano, foram levantadas demandas específicas de cada território.

O SINESP sistematizou essas questões e está agendando reuniões em todas as DREs para levar as deman-

das dos filiados.

Para isso, o Sindicato conta com a participação de todos os Conselheiros eleitos para o CREP, com o intuito de acompanharem as Diretorias Regionais na busca por solução de problemas dos territórios.

A data de reunião de cada DRE será informada pelo SINESP aos Conselheiros assim que for agendada.

O Conselheiro é peça fundamental na articulação do território para organizar demandas e lutas junto à Diretoria Regional.

J. Luta contra o afastamento dos 25 Diretores de Escola

Em uma decisão que gerou profunda indignação, o juiz da Vara do Núcleo 4.0 – Ações Coletivas de Servidores Públicos - julgou improcedente, no dia 19 de março de 2026, a Ação Civil Coletiva movida pelo SINESP.

A ação questiona o afastamento compulsório de 25 diretores de escola pela Prefeitura de São Paulo e a imposição do curso de formação "Aprimorando Saberes".

A sentença não levou em consideração o conjunto probatório robusto que incluía depoimentos de testemunhas, provas documentais e, inclusive, pareceres favoráveis do Ministério Público e da Defensoria Pública. O indeferimento dos pedidos é uma afronta à gestão democrática, à categoria, aos servidores públicos de carreira e aos diretores de escola, que estão sendo responsabilizados por avalições externas que não levam em consideração o desenvolvimento das ações pedagógicas e as aprendizagens dos estudantes.

Os advogados do SINESP entrarão com os recursos cabíveis e levarão a ação para a segunda instância.

O centro dessa questão está na Lei 18.221/24. O SINESP defende a revogação desta legislação, que constitui instrumento jurídico para viabilizar ataques à autonomia das unidades educacionais. A lei tem causado prejuízos severos e abre brechas para a precarização e privatização da gestão das unidades educacionais.

A manutenção desses gestores em seus cargos é vital para preservar a escola como um espaço de direito e não de lucro. O SINESP manterá a categoria informada sobre cada passo do processo judicial e reforça que a mobilização contra a política de desmonte da educação pública em São Paulo seguirá firme até a revogação da Lei 18.221/24.

K. A importância da CIPA

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) desempenha papel essencial nas Unidades Educacionais (UEs) da Prefeitura de São Paulo ao assegurar a proteção da saúde e da integridade física e mental dos servidore, por meio do mapeamento de riscos e da implementação de ações preventivas.

A CIPA assegura que demandas concretas do cotidiano escolar orientem ações de prevenção. Nesse sentido, a participação ativa da categoria segue como uma pauta prioritária nas lutas do SINESP.

A CIPA é um espaço fundamental de discussão das condições de trabalho nas UEs, tema que é destaque da Campanha Salarial 2026 e que promove reflexos imediatos na saúde dos profissionais da educação.

Dessa forma, para além do caráter legal, a CIPA atua de forma estratégica no enfrentamento à precarização das condições de trabalho e ao adoecimento físico e mental dos profissionais da educação.

A comissão tem papel relevante na cobrança por melhorias estruturais junto à Prefeitura, além de incentivar práticas que consolidem uma cultura permanente de prevenção, pautada na valorização e na dignidade dos educadores.

Com a recente atualização da legislação, a comissão passa a atuar como Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA+A), ampliando sua atuação para o enfrentamento direto ao assédio moral e sexual.

O SINESP realizará um curso on-line sobre a CIPA, que ficará disponível na plataforma do site do Sindicato para acesso de todos os filiados.

L. SINESP prepara pesquisa com o DIEESE sobre os impactos da gestão privada na Escola Pública

A pesquisa sobre a percepção da população em relação à administração de escolas públicas por entes privados (OSs, parcerias público-privadas ou gestão direta por empresas) surge em um momento crítico, em que o governo municipal tenta legitimar a privatização da educação sob o disfarce de "consultas públicas" e eficiência administrativa.

Para elaborá-la e realizá-la, o SINESP conta com a parceria e a assessoria técnica do DIEESE, reafirmando assim a importância desse Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos na elaboração de estudos que fundamentam nossas lutas.

A pesquisa tem como objetivo:

•Contraponto à narrativa usada pelo governo para justificar suas medidas privatizantes.

• Valorização do concurso público.

• Identificação de preocupações sociais.

Para mobilização nos territórios, os Conselheiros podem se organizar para pautar em suas bases os riscos já denunciados pelo SINESP, como:

• O afastamento de diretores concursados sob pretextos infundados para abrir caminho para modelos privatistas.

• O uso de verba pública para "salvar" instituições privadas em detrimento do investimento na rede direta.

• A evidência de que a gestão privada não garante melhora nos índices de aprendizagem e pode comprometer a mediação de conflitos e o clima escolar.

A pesquisa de campo será realizada no período de 06 a 30 de abril de 2026.

O SINESP encaminhará às unidades educacionais o cartaz de divulgação contendo o link e QRcode para acesso ao questionário e participação na pesquisa.

O SINESP defende que a educação pública é um direito social. Nesse sentido, os resultados dessa pesquisa servirão como embasamento técnico e político na luta contra o avanço neoliberal que ameaça transformar o direito à educação em mercadoria.

M. Relatos dos Conselheiros

Fique informado e participe das lutas!

Acompanhe o Site e as Redes sociais do SINESP

www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

Siga o Canal do SINESP

No WhasApp

RECEBA ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS

O SINESP utiliza seu canal do WhatsApp para fazer os envios diários de informações à categoria: notícias, boletins, resumo diário do DOC, atualizações das lutas e ações, etc.

Siga o canal do sindicato no WhatsApp e clique no sininho para receber notificações sempre que o SINESP fizer qualquer atualização.

Veja como fazer para seguir o Canal do SINESP:

Use o link ou o QR Code ao lado para acessar o Canal do SINESP.

Clique em SEGUIR e marque o sininho para receber notificações das publicações do SINESP.

https://whatsapp.com/channel/0029VaDZOtTEwEjvw9myzH1g